



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

7ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022 - PMM

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de 2023, às 10h00min, na sala da comissão permanente de licitação, reuniu-se sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS, presencialmente e remotamente os membros: Luciana dos Santos Silva Duarte, Thatia Corrêa Schmildt, Victor Andrade da Silveira, Vinicius Moro da Mata, Nilsergio de Brito Marins, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Marcos Assumpção Andrade, Marília Nogueira Gil Santana, Fatima Maria Cordeiro de Souza, Glauco da Silva Bezerra, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Rodrigo Otávio Ismério Ramos, Gustavo Luiz Santana de Araújo, Juliana Lopes da Silva Carvalho,; Juan Maranhão da Silva, Maria Lúcia Cardoso Travassos, Jonathan Oliveira Rocha, Djalma Alves da Silva e Barbara Costa Oliveira para proceder a continuação do Pregão Presencial n.º 21/2022 - PMM, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. Os links da sessão são os que seguem: <https://us05web.zoom.us/j/89180792880?pwd=UEVMWHprWVk0d2pMSmZjdElvOUcvZz09> <https://us05web.zoom.us/j/89180792880?pwd=UEVMWHprWVk0d2pMSmZjdElvOUcvZz09>

Compareceram ao certame as empresas **DE SÁ SERVIÇOS LTDA** representada pelo Sr.º Tiago Alvaro Gomes, **SOLAR SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA** representada pelo Sr.º Daniel Brasil Martins Nunes, **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** representada pelo Sr.º Renner Godinho, **BLUE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA** representada pelo Sr.º Sérgio Murilo Nogueira, **IDESI – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E INTEGRAÇÃO SOCIAL** representada pelo Sr.º Bruno Silva Costa. Inicialmente, foi realizada diligência considerando o apontamento levantado na última sessão indicando que a CCT utilizada pela empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** somente poderia ser usado para instituição de ensino. Em diligência, foram feitas as seguintes indagações, conforme e-mail em anexo: 1- A CCT apresentada pode ser utilizada por empresa em processos de terceirização de serviços, sem acordo coletivo firmado com o sindicato? 2- Não localizamos a função Auxiliar de Almoxarife na CCT supracitada. 3. Há abrangência para esse cargo na mesma? O Sindicato dos Aux. Adm. Escolar do Estado RJ – SAAERJ encaminhou a seguinte resposta: “ *A empresa, mencionada no requerimento anexo, não possui Acordo Coletivo firmado com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Rio de Janeiro, e não é legalmente autorizada a utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o SINEPE-RJ (RJ001772/2022), tendo em vista que este Sindicato Patronal não represente a categoria econômica/empresarial dessas empresas. Sendo assim, por se tratar de uma prestação de serviços em escolas PÚBLICAS, não cabe a utilização desta Convenção Coletiva apresentada para os trabalhadores da Espaço Serviços Especializados LTDA. inscrita no CNPJ nº 06.159.080/0001-09, pois o Sindicato da categoria Econômica (patronal) não representa a Empresa citada, tão pouco as escolas pertencentes ao Poder Público Municipal, conforme seu registro no CNES (Cadastro Nacional das Entidades Sindicais), fazendo-se necessária, para os trabalhadores representados pelo SAAE-RJ (sindicato laboral), a apresentação de Acordo Coletivo de*

Trabalho, firmado pela empresa diretamente com o Sindicato Laboral, conforme preceitua nossa Legislação Constitucional e Trabalhista. O acordo coletivo de trabalho é um documento que dá validade jurídica a uma negociação entre uma empresa e um sindicato. A partir da conclusão do acordo coletivo de trabalho, as regras estabelecidas passam a se tornar a lei vigente entre as partes, substituindo as regras padrão ou criando normas em questões duvidosas. A reforma trabalhista aprofundou ainda mais o valor e a segurança jurídica de regras previstas em instrumentos coletivos. A CLT prevê o acordo coletivo no parágrafo primeiro do seu artigo 611. Diferentemente da convenção coletiva, que vale para a categoria toda de uma Categoria Econômica, no caso dos acordos, teremos a validade apenas para empregados de empresas participantes da negociação''. Por tanto, considerando todas as informações obtidas, a empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** teve sua proposta desclassificada e consequentemente passa a condição de inabilitada. Diante do exposto, será analisada a proposta da empresa **DE SÁ SERVIÇOS LTDA** e, para fins de celeridade, eficiência e interesse público, será aberto o envelope de documentação da empresa. Após a análise jurídica, técnica, fiscal e trabalhista durante a sessão, a mesma considerada apta. No entanto, no que tange a habilitação econômica financeira, a mesma não atingiu o item 12. B. 5. Registramos ainda que foi encontrada pendência na sua certidão de falência, concordata e recuperação judicial ação cível, no entanto sem trazer prejuízo para a habilitação em tela. Considerando o não atendimento da qualificação econômica financeira, a mesma foi considerada inabilitada. Para fins de registro sobre a planilha da IN 05 da empresa **DE SÁ SERVIÇOS LTDA**, a mesma deveria apresentar GFIP para comprovar o SAT uma vez que o mesmo encontra-se zerado e deveria ainda ajustar o valor de benefício familiar de acordo com a convenção coletiva apresentada. Por fim, considerando todos os acontecimentos narrados, o presente certame restou fracassado. Os representantes das empresas **DE SÁ SERVIÇOS LTDA**, **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** e **SOLAR SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA**, manifestaram a intenção recursal, devido suas desclassificações, assim como pela discordância do julgamento, desta comissão, com relação ao aceite das propostas e documentações das empresas participantes. Sendo assim, os mesmos deverão obrigatoriamente apresentá-los por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, na forma da Lei do Pregão, podendo também ser entregue pelo e-mail maricacpl@gmail.com. Interposto os recursos os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio e Licitantes presentes.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira

Maricá, 13 de janeiro de 2023.

Membros Da Equipe De Apoio	
Djalma Alves da Silva	Gustavo Luiz Santana de Araújo

Barbara Costa Oliveira	Maria Lúcia Cardoso Travassos
Luciana dos Santos Silva Duarte	Juan Maranhão da Silva
Thatia Corrêa Schmildt	Juliana Lopes da Silva Carvalho
Glauco da Silva Bezerra	Jonathan Oliveira Rocha
Nilsergio de Brito Marins	Marcos Assumpção Andrade
Vinicius Moro da Mata	Luiz Fernando da Costa Azevedo
Fátima Maria Cordeiro de Souza	Luiz Eduardo Jacques Francisco
Marília Nogueira Gil Santana	Victor Andrade da Silveira
Miriam Abrantes Salti de Carvalho	Rodrigo Otávio Ismério Ramos

EMPRESAS PARTICIPANTES PRESENTES

DE SÁ SERVIÇOS LTDA representada pelo Sr.º Tiago Alvaro Gomes

SOLAR SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA representada pelo Srº Daniel
Brasil Martins Nunes

ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA representada pelo Srº Renner Godinho

BLUE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA representada pelo Sr.º Sérgio Murilo Nogueira

